

O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Uma revisão de literatura nos anais da ANPEd

**LUZIA HELENA BRANDT MARTINS¹; ALISSON CASTRO BATISTA²
LAURA VITÓRIA GOMES³; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO⁴**

¹ Universidade Federal de Pelotas – luziaamartins@gmail.com

² Universidade Federal Pelotas – alissoncastrobatistaa@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – lauravgomes4@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho integra uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, com o objetivo de compreender como as políticas curriculares governamentais incidem sobre escolas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A revisão bibliográfica considerou produções disponíveis em bases como SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e periódicos da ANPEd. Neste recorte, apresentamos as principais discussões identificadas nos anais da ANPEd, espaço relevante para divulgação científica e debate no campo educacional.

A educação no Brasil, embora reconhecida como direito universal pela Constituição de 1988, não é plenamente garantida devido às desigualdades sociais e regionais. Esse contexto abre espaço para a presença de iniciativas privadas no setor público, seja como prestadoras de serviços ou como formuladoras de políticas. Assim, a educação constitui-se em campo de disputas e interesses diversos.

As políticas educacionais, ao mesmo tempo em que podem promover equidade e melhorias sociais, também assumem funções de controle. No cenário atual, marcado pelo neoliberalismo, destacam-se mudanças expressivas. Ball (2006) aponta a emergência de um “novo gerencialismo”, lógica de gestão orientada por eficiência e competitividade que, sob o discurso de valorização das pessoas, vincula o desempenho profissional à ideia de “sucesso competitivo”.

Esse modelo vem se tornando cada vez mais presente e consolidado tanto na sociedade quanto nas discussões sobre educação. Nessa perspectiva, buscamos compreender como as escolas localizadas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) lidam com a hegemonização curricular proposta pelo Estado, ao mesmo tempo em que sugere espaço para as discussões sobre a Educação do Campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constitui-se como um movimento social organizado por grupos e famílias do campo, tendo como luta central a terra e a reforma agrária. Entretanto, suas ações abrangem também direitos fundamentais como educação, saúde, moradia e condições de vida dignas. Desta forma, o MST tem desempenhado um papel significativo na promoção do acesso e da permanência da população do campo à educação. Assim, contribui para o debate e a construção de uma Educação voltada para o campo, a Educação do Campo, a qual reconhece as especificidades socioculturais e territoriais da comunidade em questão e busca propor práticas pedagógicas contextualizadas.

A Educação do Campo assume um caráter de participação coletiva e de pertencimento dos trabalhadores do campo. Contudo, segundo Caldart (2009), esse processo exige uma postura crítica e uma compreensão tanto de quem atua diretamente com a Educação do Campo quanto de quem possui o poder de legitimá-la como política pública. Para Ball (2016) a política acaba sendo entendida como textos que orientam tentativas de “resolver um problema”. Nesse sentido, o “problema” estaria relacionado à mobilização organizada dos movimentos sociais do campo em defesa de uma educação que reescreva a própria lógica da escola, vinculando-a às realidades, lutas e saberes desses sujeitos.

A mobilização dos movimentos sociais, especialmente do MST, representa uma ameaça à hegemonia da elite branca e burguesa, que historicamente ocupou posições de poder e de tomada de decisões na sociedade. Em 2004, durante a II Conferência Nacional de Educação do Campo, a Educação do Campo foi discutida pela primeira vez como política pública, ou seja, como dever do Estado. No entanto, diante das tensões históricas entre os movimentos sociais e o Estado enquanto capital, a legitimação das políticas voltadas ao campo carrega uma dupla dimensão: a conquista de direitos e, ao mesmo tempo, a possibilidade de sua ressignificação:

[...] a política pública vem representando ao mesmo tempo um avanço e um recuo, um alargamento e um estreitamento, radicalização e perda de radicalidade na política dos movimentos sociais do campo em relação à educação. (CALDART, 2009. p. 52)

A Educação do Campo, pensada nas políticas públicas, exige discutir as escolas do campo, mas sem reduzir o tema apenas a elas. Como destaca Caldart (2009, p. 42), é necessária “[...] a recuperação de uma visão mais alargada de educação, [...] não confundir educação com escola nem absolutizar a educação escolar”.

No MST, a Educação do Campo nasce da luta pela Reforma Agrária e da resistência camponesa. Acaba afirmando os trabalhadores do campo como sujeitos de direitos e constrói uma concepção que questiona o modelo escolar hegemônico, colocando os próprios camponeses como protagonistas. Trata-se de uma educação orgânica, plural e enraizada no cotidiano, com uma proposta pedagógica voltada para os valores, as culturas e as realidades de quem vive, trabalha e estuda no campo.

2. METODOLOGIA

De acordo com Vosgerau e Romanowski (2014 p. 170), a revisão de literatura possui duas principais relevâncias: “[...] a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa”, ou seja, se torna parte fundamental das pesquisas por mapear as produções já existentes reunindo os principais autores e ideias sobre determinado tema. Assim, este trabalho apresenta parte da revisão bibliográfica da pesquisa de mestrado, tendo como principal base a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Foram selecionados três Grupos de Trabalho (GT) relacionados à temática: GT03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos; GT06 – Educação Popular; e GT18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Na busca utilizamos os descritores “MST” e “Educação do Campo”, dada a forte relação e influência do Movimento na iniciativa de uma educação do campo. Assim, identificamos nove trabalhos: no GT03, dois sobre o MST e dois com foco na Educação do Campo; no GT06, um sobre o MST e quatro sobre a Educação do Campo; no GT18, não houve registros. Observa-se que seis desses trabalhos foram apresentados na 40ª Reunião Nacional da ANPEd, em 2021, cujo tema foi “Educação como prática da Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao total, foram selecionados nove trabalhos que apresentam os descritores “MST” e “Educação do Campo” em seus títulos. A maioria deles publicados no ano de 2021, na 40ª Reunião Nacional ANPEd com o título “Educação como prática da Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo.” Os trabalhos encontrados na ANPED demonstram uma variedade de temáticas que se conectam com a pesquisa de mestrado. Em síntese, quatro trabalhos abordam as experiências do campo como principal referencial pedagógico em uma perspectiva de transformação social. Em tese,

[...] pensar como a educação do campo disputa saberes estando ela na/entre a fronteira da construção de um mundo ‘uno’, essência do projeto globalizador neoliberal da modernidade e outros mundos. (GIVIGI; OLIVEIRA. 2021. p 1)

Assim, os textos pontuam a necessidade de pensar na educação do campo como espaço de transformação social, a qual deve emergir da própria classe trabalhadora.

Outro tópico frequente é a formação docente e os currículos da Educação do Campo, tendo quatro textos relacionados. Neles, evidencia-se a preocupação com os educadores que atuam em escolas de assentamentos, buscando compreender tanto seu perfil quanto às formas pelas quais mantêm viva a proposta da educação do campo defendida pelos Movimentos Sociais. As reflexões contemplam desde a valorização da vida no campo até a importância de compartilhar seus saberes com a sociedade em geral, pensando nos currículos da Educação do Campo.

Encontrou-se apenas um trabalho referente aos órgãos do Estado em diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, neste caso, o Comitê Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES). Segundo Ferreira (2023 p. 3) apesar das frequentes disputas entre os Movimentos Sociais e o Estado enquanto capital, há organizações públicas que se propõem a discutir na prática e teoria questões de interesse dos trabalhadores do campo.

4. CONCLUSÕES

A partir deste recorte inicial da revisão de literatura para a pesquisa de mestrado, observa-se que as discussões sobre a educação do campo, especialmente no âmbito do MST, dão atenção às experiências cotidianas vividas no campo. O mesmo ocorre em relação aos currículos e à formação docente dos educadores que atuam em escolas de assentamento.

Nos anais da ANPEd, a revisão de literatura evidencia dois aspectos centrais: em primeiro lugar, a necessidade de reconhecer o sujeito do campo como sujeito de direito, em especial ao direito à educação pública e de qualidade.

Em segundo lugar, a importância de que essa educação valorize e priorize os valores, as culturas e os interesses de quem vive, trabalha e estuda no campo.

Assim, a revisão de literatura mostra-se fundamental para mapear as produções já existentes, contribuindo tanto para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado quanto para o compartilhamento de reflexões acerca da educação dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.

FERREIRA, Maria Geovana Melim. O COMECES no fortalecimento da educação do campo no ES. In: *Reunião Anual da ANPEd*, 41., 2023, Manaus. *Anais da 41ª Reunião da ANPEd*. Manaus: ANPEd, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_43. Acesso em: 17 ago. 2025.

FERREIRA, Maria Geovana Melim; FRANÇA, Dalva Mendes de. A educação popular na formação de educadoras e educadores do MST/ES: tecidos de luta e resistência na perspectiva da agroecologia. In: *Reunião Anual da ANPEd*, 40., 2021, Belém. *Anais da 40ª Reunião da ANPEd*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_14. Acesso em: 17 ago. 2025.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; OLIVEIRA, Flávio Pereira de. Educação do campo e o pluriverso campesino: questões dos deserdados pelo Matopiba. In: *Reunião Anual da ANPEd*, 40., 2021, Belém. *Anais da 40ª Reunião da ANPEd*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_14. Acesso em: 17 ago. 2025.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.